

## 1. Contexto operacional

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Companhia, em 11 de abril de 2014, concluiu processo de alienação de suas unidades localizadas na Argentina, incluindo todos seus ativos, ao diretor presidente de tais sociedades, conforme mencionado na Nota 11.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG. Dentro do processo de reestruturação e redução de custos, as unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP, foram encerradas em 2014, tendo suas atividades fabris transferidas para a planta industrial de Jundiaí/SP.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, carpetes, acionadores de vidro e outros componentes menores. A produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

O controle acionário da Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que detém 46,10% do capital social sendo acionista majoritária da Companhia, pertence a *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC e Franklin Mutual Advisers LLC, com sede em Delaware, Estados Unidos.

### *Situação Financeira*

Apesar da desaceleração na produção de veículos em 2014 em relação a 2013 (em torno de 15%, conforme dados da ANFAVEA), a receita líquida da Companhia no exercício de 2014, , apresentou um aumento de 7,8% quando comparado com o ano anterior.

A Companhia mostrou também uma forte recuperação na margem bruta, passando de 9,9% em 2013 para 18,5% em 2014, além de apresentar lucro antes das despesas financeiras em 2014, no montante de R\$ 38.470.

A Plascar foi nomeada em vários outros projetos para fabricação de peças injetadas para veículos nas várias novas montadoras que estão se estabelecendo no Brasil, além de novos negócios não ligados ao setor automotivo, os quais se encontram em fase de desenvolvimento. Parte dos projetos citados iniciou sua produção no 3º trimestre de 2014, com expectativa de uma recuperação gradativa do resultado da Companhia ao longo de 2015.

A Plascar continua tomando varias medidas para reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria prima etc), tudo de acordo com o processo de reestruturação da Companhia, que também culminou com o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina.

Em agosto de 2014, a Companhia contratou o Banco do Brasil para coordenar processo de reestruturação/alongamento do endividamento financeiro de curto prazo, com o objetivo de adequá-lo ao atual contexto mercadológico e empresarial. Os trabalhos foram finalizados em janeiro de 2015 de forma satisfatória, tendo a Companhia obtido sucesso na renegociação da maioria de seus contratos bancários, sendo que em alguns casos o prazo para pagamento foi alongado em até 5 anos, com períodos de carência e taxas reduzidas (Notas 13 e 25).

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 13 de dezembro de 2013, a Companhia vem conduzindo os trabalhos relacionados a um eventual aumento de capital por intermédio de oferta pública primária de ações ordinárias.. A Companhia estuda ainda outras alternativas para continuar o processo de saneamento da posição financeira.

A Companhia vem acompanhando o crescimento do mercado automotivo Brasileiro e, para isso, tem investido de forma consistente na melhoria e expansão das suas instalações industriais, visando atender com ainda mais qualidade às montadoras atualmente instaladas e aquelas que estão em fase de instalação no Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 2 de fevereiro de 2015.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) . Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência,

pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

## **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

### **Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo**

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (i) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

## **2.2 Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Plascar Participações Industriais S.A e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, detalhadas abaixo:

	Participação em			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.	99,89%		99,89%	
Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A.				99,89%
Plascar Argentina S.A.				99,89%
Ristolsur S.A.				99,89%

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### **(b) Transações com participações de não controladores**

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da

controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

**(c) Perda de controle em controladas**

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

**2.3 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

**2.4 Conversão de moeda estrangeira**

**a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo.

**b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

**c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

## **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

## **2.6 Ativos financeiros**

### **2.6.1 Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

#### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de

perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

O Grupo não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

## **2.8 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a uma ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*).

## **2.9 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

## **2.10 Ativos intangíveis**

### **(a) Marcas registradas e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo.

### **(b) Softwares**

As licenças de *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## 2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## 2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

## 2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## **2.14 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## **2.15 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).



O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## **2.17 Benefícios a empregados**

### **(a) Obrigações de aposentadoria**

As empresas do Grupo operam planos de pensão. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. O Grupo tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, o Grupo faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

### **(b) Plano de pagamento baseado em ações**

O Grupo opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

**(c) Participação nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**2.18 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**2.19 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

**(a) Venda de produtos**

O Grupo fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

**(b) Venda de ferramentais**

O Grupo desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

## **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

### **2.20 Arrendamentos**

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

### **2.21 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### **2.22 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **2.23 Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### **2.24 Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### **(a) Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 16.

##### **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**(c) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 18.

**3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

**(a) Imposto de renda diferido ativo**

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**4. Gestão de risco financeiro**

**4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**(a) Risco de mercado**

**(i) Risco cambial**

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contas a receber (Nota 6)	7.622	26.211
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	155	64
Fornecedores	(660)	(361)
Exposição líquida	<u>7.117</u>	<u>25.914</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

**(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<b>Impacto no resultado do período (1)</b>		
	<b>Cenário I Provável</b>	<b>Cenário II +25%</b>	<b>Cenário III +50%</b>
Passivo financeiro			
CDI	12,47%	15,59%	18,71%
Empréstimos e financiamentos	(27.978)	(31.498)	(34.945)

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2014. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais (“OEM”) e reposição/concessionárias (“DSH”), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo “A” na escala de *Standard and Poor's*. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em

classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não possuem saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 13) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto prazo de R\$ 668 (2013 - R\$ 1.110) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado				
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos		189.479	150.693	46.435	386.607
Fornecedores	46.228				46.228
Obrigações fiscais	25.751	12.705	13.691	194	52.341
Salários e encargos	12.248	12.280			24.528
Adiantamento de clientes	22.868	3.118			25.986
Passivos com partes relacionadas	2.041				2.041
Outros passivos	4.634	1.190	3.520		9.344
	113.770	218.772	167.904	46.629	547.075

Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos		204.985	213.255	44.062	462.302
Fornecedores	93.438				93.438
Obrigações fiscais	12.198	271			12.469
Salários e encargos	22.654	18.535			41.189
Adiantamento de clientes	22.948	3.212			26.160
Passivos com partes relacionadas	2.515				2.515
Outros passivos	6.727		295		7.022
	<u>160.480</u>	<u>227.003</u>	<u>213.550</u>	<u>44.062</u>	<u>645.095</u>

**(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM**

Os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício, relacionados as mudanças de taxas de juros, estão apresentados na Nota 4.1 (a.ii). Os riscos associados à flutuação de moedas estrangeiras, demonstrados na Nota 4.1 (a.i), não são considerados significativos pela administração da Companhia.

**4.2 Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2014	2013
Total dos empréstimos (Nota 13)	386.607	462.302
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(844)	(1.640)
Dívida líquida	<u>385.763</u>	<u>460.662</u>
Total do patrimônio líquido	<u>260.214</u>	<u>319.889</u>
Total do capital	<u>645.977</u>	<u>780.551</u>
Índice de alavancagem financeira - %	60	59

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

**4.3 Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2014.



	<b>Consolidado</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Capital de giro – moeda nacional		254.627		254.627
Arrendamento financeiro – “leasing”		349		349
Finame		131.631		131.631
Total do passivo		386.607		386.607

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2013.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Capital de giro – moeda nacional		290.868		290.868
Arrendamento financeiro – “leasing”		13.873		13.873
Cheques descontados		3.259		3.259
Finame		154.302		154.302
Total do passivo		462.302		462.302

## Instrumentos financeiros - Nível 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um instrumento puderem ser observadas no mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Abaixo demonstramos uma tabela de comparação dos valores justos e contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures:

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)				
Capital de giro – moeda nacional	254.627	252.323	290.868	285.393
“Leasing”	349	335	13.873	13.865
Cheques descontados			3.259	3.259
Finame	131.631	131.631	154.302	154.302
	386.607	384.289	462.302	456.819

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

**(a) Empréstimos e recebíveis**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	844	1.640
Contas a receber de clientes	84.082	98.268
Contas a receber da venda de imóveis	3.691	4.160
Partes relacionadas	155	64
Outros ativos	9.818	4.923
	<u>98.590</u>	<u>109.055</u>

**(b) Outros passivos financeiros**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	46.228	93.438
Empréstimos	386.607	462.302
Partes relacionadas	2.041	2.515
Outros passivos	9.344	7.022
	<u>444.220</u>	<u>565.277</u>

**Controladora**

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como "Outros passivos financeiros".

**6 Contas a receber de clientes**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Terceiros no País	73.604	73.094
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	7.622	26.211
Contas a receber de ferramental no País	6.329	1.556
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	(3.473)	(2.593)
	<u>84.082</u>	<u>98.268</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, líquida da provisão para créditos duvidosos, era como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
A vencer	74.078	81.607
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	2.963	10.295
De 31 a 60 dias	208	3.902
De 61 a 90 dias	124	2.020
Há mais de 90 dias	10.182	3.037
	<u>13.477</u>	<u>19.254</u>
Total	<u>87.555</u>	<u>100.861</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u><b>2014</b></u>	<u><b>2013</b></u>
Saldo inicial	(2.593)	(3.661)
(Aumento) diminuição da provisão (Nota 20)	<u>(880)</u>	<u>1.068</u>
Saldo final	<u><u>(3.473)</u></u>	<u><u>(2.593)</u></u>

## 7 Estoques

	<u><b>2014</b></u>	<u><b>2013</b></u>
Produtos acabados	4.720	7.368
Produtos em elaboração	12.539	17.505
Matérias-primas	26.239	40.610
Importação em andamento	4.053	2.201
Materiais de manutenção e auxiliares	2.719	5.679
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	19.701	34.226
Adiantamentos a fornecedores	2.217	11.179
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	<u>(3.427)</u>	<u>(2.872)</u>
	<u><u>68.761</u></u>	<u><u>115.896</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<u><b>2014</b></u>	<u><b>2013</b></u>
Saldo inicial	(2.872)	(3.011)
Reversão da provisão	1.597	1.291
Aumento da provisão	<u>(2.152)</u>	<u>(1.152)</u>
Redução líquida (Nota 21)	<u>(555)</u>	<u>139</u>
Saldo final	<u><u>(3.427)</u></u>	<u><u>(2.872)</u></u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R\$ 297.197 (2013 - R\$ 416.166).

## 8 Tributos a recuperar

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	6.787	11.348
Imposto sobre valor agregado – IVA – Argentina	-	7.538
COFINS a recuperar – PAES	4.961	4.636
Outros	<u>3.807</u>	<u>3.294</u>
	15.555	26.816
Circulante	<u>(9.658)</u>	<u>(17.482)</u>
Não circulante	<u>5.897</u>	<u>9.334</u>

## 9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	91.472	103.377
Provisão para demandas judiciais e outras diferenças temporárias	<u>3.972</u>	<u>4.278</u>
	<u>95.444</u>	<u>107.655</u>
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (2)	(3.123)	(9.055)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (3)	<u>(28.964)</u>	<u>(22.054)</u>
	<u>(32.087)</u>	<u>(31.109)</u>
Líquido	<u>63.357</u>	<u>76.546</u>

(1) Referem-se ao saldo das controladas Plascar Ltda. no montante de R\$ 91.472 (R\$ 92.140 da Plascar Ltda. e R\$ 11.237 da Plascar Argentina S.A. em 31 de dezembro de 2013) A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 49.762 e R\$ 60.764, respectivamente (R\$ 48.642 e R\$ 59.644 em 31 de dezembro de 2013, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros.

(2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

- (3) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. A partir de setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A controlada Plascar Ltda. contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

	<b>Consolidado</b>
	<b>2014</b>
2015	5.276
2016	4.299
2017	7.257
2018	10.112
2019	13.159
2020	16.626
2021	20.074
2022	18.641
	<b>95.444</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.337)	(76.614)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	10.315	26.049
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Plano de pagamento baseado em ações	(1.533)	(1.664)
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(12.925)	373
Outras diferenças permanentes	(583)	(1.765)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(4.726)</b>	<b>22.993</b>

- (1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros e os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, não registrados em sua totalidade no período.

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2013	72.517	(28.054)	44.463
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos		2.889	2.889
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	429		429
Impostos diferidos registrados em controlada no exterior	8.681	1.061	9.742
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(7.005)	(7.005)
Constituição de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.	26.028		26.028
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.655	(31.109)	76.546
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos		2.215	2.215
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	(860)		(860)
Impostos diferidos registrados em controlada no exterior	(1.753)	911	(842)
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(6.939)	(6.939)
Operações descontinuadas (Baixa)	(9.598)	2.835	(6.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	95.444	(32.087)	63.357

**10 Partes relacionadas**

**a) Remuneração aos Administradores**

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	2014	2013
Remuneração fixa anual (1)	(6.725)	(6.958)
Remuneração variável (2)	(3.943)	(989)
Honorários da administração (Nota 20)	(10.668)	(7.947)
Plano de pagamento baseado em ações (Nota 16)	(4.509)	(4.894)
	(15.177)	(12.841)

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

## b) Empresas ligadas

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos abaixo:

As transações mercantis realizadas entre a Companhia e suas controladas referem-se à compra e venda de insumos e peças, para complemento dos produtos vendidos a montadoras por partes relacionadas da Companhia. Tais operações mercantis ocorrem mediante regular tomada de preços, sendo que as cotações, condições e prazos de pagamento são semelhantes aos praticados com terceiros em prazo não superior a 90 dias, sem atribuição de juros ou encargos.

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativo circulante				
Contas a receber:				
IAC Madsnvil – USA			153	58
Outras			2	6
			155	64
Passivo circulante				
Contrato de mútuo:				
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.			2.041	2.515
Plascar Ltda.	5.135	4.023		
	5.135	4.023	2.041	2.515
<b>Resultado</b>				
Receita de vendas				
IAC NA Warren – USA			-	1
IAC Madsnvil – USA			515	210
Outras			13	7
			528	218

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 99,89% do capital social da Plascar Ltda.. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuaria, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,0% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

## 11 Investimentos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em controlada:		
Plascar Ltda.	<u>265.077</u>	<u>323.568</u>
	<u>265.077</u>	<u>323.568</u>

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em 31 de dezembro	323.568	399.338
Participação nos prejuízos de controladas	(75.066)	(76.417)
Realização de ajustes de conversão	14.771	
Stock option	4.509	4.894
Resultado plano de pensão (CPC 33)	1.528	
Ajuste conversão de controlada no exterior	<u>(4.233)</u>	<u>(4.247)</u>
Em 31 de dezembro	<u>265.077</u>	<u>323.568</u>

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Capital social	389.082	389.082
Quotas totais	389.082.159	389.082.159
Quotas possuídas	388.654.169	388.654.169
Participação	99,89%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada	265.369	323.925
Investimento registrado na Plascar S.A.	265.077	323.568
Prejuízo do exercício	(75.149)	(76.501)
Resultado da equivalência patrimonial	(75.066)	(76.417)

Investimentos na Argentina e Uruguai:

Conforme aprovado pela administração da Companhia e comunicado ao mercado em 14 de abril de 2014, a Companhia optou vender suas operações na Argentina e no Uruguai. Em 31 de março de 2014, as Companhias tinham os seguintes saldos de ativos e passivos:



Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	1.398
Contas a receber de clientes	23.607
Estoques	24.299
Tributos a recuperar	5.912
Outros ativos	262
	<u>55.478</u>

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.762
Imobilizado	34.667
Outros ativos não circulantes	118
	<u>41.547</u>

Total do ativo

97.025

Passivo

Circulante

Empréstimos e financiamentos	5.668
Fornecedores	38.359
Impostos e contribuições a recolher	4.052
Salários, férias e encargos sociais a pagar	12.160
Adiantamentos de clientes	18.986
Partes relacionadas	644
Outros passivos	1.121
	<u>80.990</u>

Não circulante

Outros passivos	650
	<u>650</u>

Total do passivo

81.640

Patrimônio líquido

Capital social	59.724
Outros componentes do patrimônio líquido	5.193
Prejuízos acumulados	(49.532)
	<u>15.385</u>

Participação de não controladores

0

Total do patrimônio líquido

15.385

Total do passivo e patrimônio líquido

97.025

Consoante CPC 31 e IFRS 5, a Companhia transferiu, em 31 de março de 2014 tais ativos e passivos para ativos mantidos para a venda, tendo feita a contabilização de seus valores pelo menor valor entre o custo e o valor de mercado menos os custos para venda, não mais consolidando os mesmos. Desta forma, os saldos acima demonstrados foram avaliados pelo valor de mercado menos custos para venda e, desta forma, foram reconhecidas perdas no montante de R\$ 15.385. Também consoante CPC 31 e IFRS 5, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi reapresentado para apresentação em bases comparativas.

Em 11 de abril de 2014, a Companhia finalizou a venda de tais unidades pelo valor de R\$ 1,00 (um real).

Abaixo apresentamos a reconciliação do resultado consolidado do exercício anteriormente apresentado em 31 de dezembro de 2013 com o reapresentado para fins de comparação, considerando a exclusão das operações descontinuadas:

	<b><u>Anteriormente apresentado</u></b>	<b><u>Apresentação atual</u></b>
Receitas líquidas	848.213	610.901
Custo dos produtos vendidos	<u>(781.873)</u>	<u>(550.136)</u>
Lucro bruto	66.340	60.765
Receitas (despesas) operacionais	(113.837)	(92.100)
Resultado financeiro	<u>(62.578)</u>	<u>(45.279)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(110.075)	(76.614)
Imposto de renda e contribuição social	<u>32.476</u>	<u>22.993</u>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(77.599)	(53.621)
Resultado de operações descontinuadas	<u>                    </u>	<u>(23.978)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(77.599)</u>	<u>(77.599)</u>

A Plascar Ltda. possuía participação integral na Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A. (Argentina), cujas informações estão apresentadas a seguir:

Esta operação foi descontinuada conforme comunicado ao mercado em 14 de abril de 2014.

	<b><u>31/03/2014</u></b>	<b><u>31/12/2013</u></b>
Capital social	13.855	16.636
Ações totais	8.768	6.012
Ações possuídas	8.768	6.012
Participação consolidada	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido da controlada	2.953	7.682
Investimento registrado na Plascar Ltda.	2.953	7.682
Prejuízo líquido do período	(1.819)	(570)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.819)	(570)

Conforme aprovado em 31 de março de 2014, o capital social da Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A. (Argentina) foi aumentado em R\$ 779, integralizado mediante capitalização do contrato de mútuo firmado entre Plascar Ltda e Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A.

A Plascar Ltda. também possuía participação integral na Plascar Argentina S.A., cujas informações estão apresentadas a seguir:

Esta operação foi descontinuada conforme comunicado ao Mercado em 14 de abril de 2014.

	<b><u>31/03/2014</u></b>	<b><u>31/12/2013</u></b>
Capital social	45.869	40.837
Ações totais	162.370	113.627
Ações possuídas	140.279	110.309
Participação consolidada	86,39%	97,08%
Patrimônio líquido da controlada	14.389	13.303
Investimento registrado na Plascar Ltda.	12.432	12.915
Prejuízo líquido do período	(10.833)	(24.279)
Resultado da equivalência patrimonial	(9.359)	(23.570)

Conforme aprovado em 10 de janeiro de 2014, o capital social da Plascar Argentina S.A. foi aumentado em R\$ 6.747, integralizado mediante capitalizações do valor apurado para data base 31 de dezembro de 2013, referente ao contrato de mútuo firmado entre a Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A. e a Plascar Argentina S.A.

Conforme aprovado em 12 de fevereiro de 2014, o capital social da Plascar Argentina S.A. foi aumentado em R\$ 9.007, integralizado mediante aporte de recursos.

Conforme aprovado em 31 de março de 2014, o capital social da Plascar Argentina S.A. foi aumentado em R\$ 274, integralizado mediante capitalizações do valor apurado para data base de 31 de março de 2014, referente ao contrato de mútuo firmado entre a Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. e a Plascar Argentina S.A.

## 12 Imobilizado

### a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		Custo	Depreciação	2014 Líquido	2013 Líquido
Edificações	2 a 4	8.474	(430)	8.044	24.612
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	808.875	(352.941)	455.934	495.777
Moldes	6 a 9	44.636	(32.230)	12.406	18.185
Móveis e utensílios	6 a 10	17.212	(13.033)	4.179	6.088
Veículos	18,57 a 20	5.888	(4.091)	1.797	2.760
Equipamentos de computação	15 a 16,81	6.474	(5.976)	498	369
Terrenos	-	-	-	-	2.867
Peças e materiais de reposição	-	3.688	-	3.688	4.987
Obras em andamento	-	14.117	-	14.117	14.117
Adiantamentos a fornecedores	-	50.173	-	50.173	56.350
		<u>959.537</u>	<u>(408.701)</u>	<u>550.836</u>	<u>626.112</u>

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das unidades fabris da Companhia. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2014, R\$ 38.328 refere-se à compra de equipamentos, ainda em construção, financiadas pelo programa FINAME (vide Nota 13).

O montante de R\$ 41.910 (2013 - R\$ 45.060) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 627 (2013 - R\$ 758) em "Despesas com vendas" e R\$ 887 (2013 - R\$ 1.535) em "Despesas administrativas".

**b) Movimentação do custo**

	Consolidado						
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014						
	Saldo inicial	Variação cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Transferência	Operação Descontinuada Argentina	Saldo final
Edificações	30.806	(1.822)	1.663	(13.909)	(1.575)	(6.689)	8.474
Máquinas e equipamentos	859.575	(15.283)	27.708	(16.414)	9.612	(56.323)	808.875
Moldes	45.245		1.162	(2.549)	778		44.636
Móveis e utensílios	21.538	(959)	362	(197)	(4)	(3.528)	17.212
Veículos	7.399	(53)	666	(429)	(1.499)	(196)	5.888
Equipamentos de computação	7.734	(273)	495	(539)	63	(1.006)	6.474
Terrenos	2.867	(614)				(2.253)	-
Peças e materiais de reposição	4.987				(1.299)		3.688
Obras em andamento	14.117						14.117
Adiantamentos a fornecedores	56.350	(19)			(6.076)	(82)	50.173
	1.050.618	(19.023)	32.056	(34.037)	-	(70.077)	959.537

	Consolidado						
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013						
	Saldo inicial	Variação cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Transferência	Operação Descontinuada Argentina	Saldo final
Edificações	29.018	(1.340)	3.329	(290)	89		30.806
Máquinas e equipamentos	773.945	(10.958)	76.885	(1.983)	21.686		859.575
Moldes	40.580		4.648		17		45.245
Móveis e utensílios	22.145	(702)	370	(115)	(160)		21.538
Veículos	7.673	(39)	652	(845)	(42)		7.399
Equipamentos de computação	8.943	(205)	282	(1.308)	22		7.734
Terrenos	3.319	(452)					2.867
Peças e materiais de reposição	4.987						4.987
Obras em andamento	14.117						14.117
Adiantamentos a fornecedores	77.962				(21.612)		56.350
	982.689	(13.696)	86.166	(4.541)	-	-	1.050.618

**c) Movimentação da depreciação**

	Consolidado						
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014						
	Saldo inicial	Variação cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixa	Transferência	Operação Descontinuada Argentina	Saldo final
Edificações	(6.194)	(84)	(474)	3.680	6	2.636	(430)
Máquinas e equipamentos	(363.798)	8.127	(36.840)	10.243	(135)	29.462	(352.941)
Moldes	(27.060)		(4.486)	86	(770)		(32.230)
Móveis e utensílios	(15.450)	603	(700)	114	80	2.320	(13.033)
Veículos	(4.639)	17	(593)	259	788	77	(4.091)
Equipamentos de computação	(7.365)	239	(331)	534	31	916	(5.976)
	(424.506)	8.902	(43.424)	14.916	-	35.411	(408.701)

<b>Consolidado</b>							
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</b>							
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Variação cambial sobre controladas no exterior</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transferência</b>	<b>Operação Descontinuada Argentina</b>	<b>Saldo final</b>
Edificações	(5.329)	351	(1.244)		28		(6.194)
Máquinas e equipamentos	(330.434)	4.238	(39.157)	1.651	(96)		(363.798)
Moldes	(22.610)		(4.450)				(27.060)
Móveis e utensílios	(14.807)	438	(1.150)	82	(13)		(15.450)
Veículos	(4.451)	17	(804)	598	1		(4.639)
Equipamentos de computação	(8.313)	183	(548)	1.233	80		(7.365)
	(385.944)	5.227	(47.353)	3.564	-	-	(424.506)

**d) Custo de empréstimos capitalizados**

O valor dos custos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 6.998 (R\$ 6.244 em 31 de dezembro de 2013).

**e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram apuradas perdas do valor recuperável do ativo imobilizado a serem contabilizadas.

**f) Arrendamentos mercantis financeiros (*Leasing*)**

Em 31 de dezembro de 2014, a Plascar Ltda possui 4 contratos de arrendamento mercantil financeiro de máquinas, equipamentos, prédio e veículos.

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.076 (R\$ 12.889 em 31 de dezembro de 2013). Os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

**13 Empréstimos e financiamentos**

<b>Modalidade/finalidade</b>	<b>Encargos financeiros</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,25% a 0,89% a.m.	254.627	290.868
“Leasing”	Juros de 1,02% a 1,25% a.m.	349	13.873
Cheques descontados	Juros de 2,30% a.m. – (Argentina).	-	3.259
Finame	Juros de 0,21% a.m. a 0,73% a.m.	131.631	154.302
Total		386.607	462.302
(-) Circulante		(189.479)	(204.985)
Não circulante		197.128	257.317

Os saldos referentes ao passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
24 meses	80.423	93.899
36 meses	41.562	63.551
48 meses	17.631	26.093
60 meses	11.077	16.167
72 meses	10.490	13.545
84 meses	4.256	10.504
96 meses	31.689	33.558
	<b>197.128</b>	<b>257.317</b>

Dos empréstimos para capital de giro e notas de crédito à exportação contratados pela Plascar Ltda., R\$ 55.253 são garantidos por máquinas e equipamentos e o saldo restante é garantido por recebíveis e aval da Controladora.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2014, R\$ 38.328 refere-se a contratos para aquisição de injetoras, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

Os contratos de “leasing” são garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

Conforme mencionado nas Notas 1 e 25, a Companhia finalizou, em janeiro de 2015, a renegociação de seus principais contratos de empréstimos, obtendo ampliação do prazo de pagamento dos mesmo. A exigibilidade das dívidas de curto prazo foram, após tais negociações, ampliadas em até 5 anos, com períodos de carência.

## **14 Compromissos e contingências**

### **a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiá e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

### **b) Processos judiciais**

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Trabalhistas	10.974	10.271
	<b>10.974</b>	<b>10.271</b>

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2014</b>			
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição Pagamentos</b>	<b>Saldo final</b>
Trabalhistas	10.271	7.312 (6.609)	10.974
	<u>10.271</u>	<u>7.312 (6.609)</u>	<u>10.974</u>

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</b>			
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição Pagamentos</b>	<b>Saldo Final</b>
Trabalhistas	8.464	6.070 (4.263)	10.271
	<u>8.464</u>	<u>6.070 (4.263)</u>	<u>10.271</u>

#### *Trabalhistas*

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

#### **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Tributárias	6.036	9.246
Trabalhistas	<u>45.547</u>	<u>38.447</u>
	<u>51.583</u>	<u>47.693</u>

#### *Tributárias*

Em 31 de dezembro de 2014, a Plascar Ltda. possui 6 processos tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 6.036 (R\$ 9.246 em 31 de dezembro de 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

## **15 Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores da Companhia ou de Sociedade sob seu controle. Em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado está composto por 248.508.356 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal (242.017.574 ações em 31 de dezembro 2013).

### **b) Reservas**

#### **(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### **(i) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas**

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações. (Nota 16).

#### **(ii) Reserva de lucros para expansão**

Composto pelo lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal e distribuição de lucros, destinados a investimentos futuros em projetos de expansão, de acordo com o orçamento de capital submetido à assembleia geral ordinária.

### **c) Remuneração aos acionistas**

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

### **d) Outros componentes do patrimônio líquido**

#### **(i) Ágio em transações de capital com entidade sob controle comum**

Refere-se ao ágio pago na aquisição da Plascar Argentina S.A. (anteriormente denominada Plastal S.A.), conforme comentado na Nota 9, fundamentado em rentabilidade futura. Esse ágio não foi reconhecido no ativo da Plascar Ltda., visto tratar-se de uma transação dentro do mesmo grupo econômico. Tal ágio foi absorvido contra os prejuízos acumulados, em face da alienação de tais investimentos no ano de 2014 conforme mencionado na Nota 11.

#### **(ii) Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se ao custo atribuído dos ativos imobilizados da Plascar Ltda. em decorrência da adoção inicial do CPC 27 (IAS 16), o qual está sendo realizado através da depreciação ou baixa dos bens em contrapartida à rubrica lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

#### **(iii) Ajuste acumulado de conversão**

Refere-se a diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior, conforme comentado na Nota 2.4, que foi baixado devido a alienação dessas controladas em 2014.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi homologado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 2.596, passando de R\$ 479.376 para R\$



481.972, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de abril de 2014.

## 16 Plano de pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2011, os acionistas da Companhia deliberaram a instituição de um novo plano (“Novo Plano de Outorga”) para outorga de 10.817.972 ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com os termos principais que se seguem:

- (a) Foram indicados como beneficiários do Novo Plano de Outorga os seguintes executivos, bem como definido o total de ações a lhes serem outorgadas, a saber: (i) André Cambauva do Nascimento – 8.321.517 ações; (ii) Gordiano Pessoa Filho – 1.664.303 ações; e (iii) José Donizeti da Silva – 832.152 ações;
- (b) A outorga das ações ficará condicionada a um período de carência total de 5 anos, contados a partir da data da assinatura de cada contrato e observada as seguintes proporções para a outorga efetiva das ações aos beneficiários:

<b>Prazo de carência</b>	<b>Percentual das ações a serem transferidas</b>
1º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
2º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
3º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
4º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
5º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga

- (c) Transcorrido cada prazo de carência, o Conselho de Administração da Companhia tomará as providências para que o percentual correspondente às ações objeto da outorga seja transferido para os beneficiários nas proporções acima indicadas;
- (d) As ações poderão ser negociadas pelos beneficiários assim que lhes forem transferidas pela Companhia, desde que os Beneficiários observem as restrições previstas na legislação em vigor e na Política de Divulgação da Companhia;
- (e) Em caso de desligamento da Companhia antes do decurso do prazo de carência de 5 anos e proporções previstas no item (b), o beneficiário perderá os direitos decorrentes da outorga conferidos pelo plano, entendendo-se “desligamento” como qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do beneficiário com a Companhia ou suas subsidiárias, abrangendo, dentre outras hipóteses, a destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão do contrato de trabalho ou aposentadoria, seja a que título for; e
- (f) As ações transferidas aos beneficiários, depois de esgotado cada prazo de carência, conferirão aos beneficiários o direito ao recebimento de dividendos respectivos.

A Companhia, na valorização do plano e reconhecimento da despesa, considerou 5 *vesting periods* e respectivos valores justos da ação, conforme previsto na norma internacional (IFRS 2) e CPC10, como demonstrado abaixo:

<b>Períodos</b>	<b>Valor justo da ação</b>	<b>Total de ações a serem transferidas</b>
10. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
20. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
30. Aniversário (20%)	2,51	2.163.594
40. Aniversário (20%)	2,48	2.163.595
50. Aniversário (20%)	2,45	2.163.595
		<u>10.817.972</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2013, foi autorizada a subscrição de 2.163.594 novas ações da Companhia ao preço de emissão de R\$ 0,44 (preço de mercado), o que gerou um aumento de capital de R\$ 952. A outorga das ações aos administradores deu-se na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2014, foi autorizada a subscrição de 6.490.782 novas ações da Companhia ao preço de emissão de R\$ 0,40 (preço de mercado), o que gerou um aumento de capital de R\$ 2.596. A outorga das ações aos administradores deu-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014.

## 17 Resultado por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador:		
Prejuízo líquido do exercício	(76.187)	(77.515)
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	<u>248.508.356</u>	<u>242.017.574</u>
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,30658)</u>	<u>(0,32029)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o preço de exercício das opções de ações previstas no plano de remuneração baseado em ações ficou acima do valor de mercado da ação da Companhia e, portanto, não gerou efeito de diluição do lucro por ação.

## 18 Plano de pensão

A Plascar Ltda. possui um plano de previdência privada denominado Plano de Aposentadoria PlascarPrev, constituído na modalidade de contribuição variável, cujas principais características encontram-se descritas a seguir:

i) Plano de contribuição variável, custeado pelos participantes e pela patrocinadora:

- Contribuição básica: o participante poderá efetuar contribuições iguais a percentuais inteiros de 1% a 5% do seu salário aplicável, à sua escolha, desde que a contribuição resultante respeite o limite mínimo, estabelecido no regulamento;

- Contribuição voluntária: desde que o participante efetue contribuição básica poderá optar em efetuar contribuição voluntária nas condições a serem fixadas pela patrocinadora;
  - Contribuição normal: a patrocinadora efetuará um crédito para todos os participantes ativos cujo salário aplicável seja superior a 20 UP (Unidade Previdenciária), apurado de acordo com a fórmula do crédito prevista em regulamento; e
  - Contribuição suplementar: a patrocinadora efetuará um crédito para os participantes ativos que efetuem contribuições básicas, calculadas com base em um percentual que poderá variar entre 50% e 100% da contribuição básica. Atualmente este crédito corresponde a 50% da contribuição básica.
- ii) Para os Participantes ativos na data da alteração, foi calculado um Crédito de Migração, correspondente aos direitos acumulados no Plano Básico anterior, além da garantia de benefício para Participantes com direito a recebimento de renda mensal no plano básico anterior, conforme definições previstas no regulamento deste novo plano.
- iii) Para os Participantes inativos e vinculados (aguardando o prazo para início do recebimento do benefício) foram garantidas as mesmas condições dos planos anteriores.
- iv) Os componentes de benefício definido do plano são os seguintes:
- Benefícios concedidos sob a forma de renda mensal vitalícia;
  - Benefício garantido (grupo de fundadores), avaliado em excesso aos saldos de conta de contribuição normal e crédito individual;
  - Projeção de contribuições normais nos casos de incapacidade total e morte; e
  - Benefício mínimo de 6 salários proporcionais à carreira de 30 anos na empresa nos casos de incapacidade total e morte (avaliado em excesso aos saldos de conta de contribuição normal e do crédito de migração).

O valor presente das obrigações e os custos do serviço corrente relativos à parcela de benefício definido do plano, foram apurados pelo Método de Crédito Unitário Projetado e foi determinado por atuário técnico especializado, utilizando as seguintes premissas (taxas nominais incluindo a taxa de inflação de longo prazo):

1. 10,51% como taxa de ajuste a valor presente (taxa de desconto);
2. 7,63% como índice de aumentos salariais estimados;
3. 4,50% como taxa de reajuste de benefícios; e
4. 4,50% como taxa de inflação de longo prazo.

As normas contábeis brasileiras e internacionais estabelecem que a taxa de desconto deva ser obtida com base nas taxas de retorno praticadas pelo mercado para papéis de primeira linha na data do balanço. Alternativamente, e na falta desta categoria de papéis no mercado, é indicado o uso das taxas de retorno oferecidas pelos títulos do governo. Nos últimos anos, o mercado tem adotado como base para definição da taxa de desconto para planos de aposentadoria as NTN-B emitidas pelo Governo. Este papel foi escolhido pela sua característica de longo prazo, que é semelhante aos vencimentos das obrigações assumidas pelas empresas com os benefícios de pós-emprego, e dada a sua indexação ao IPCA, que é próximo do INPC, índice que vem sendo adotado nos acordos coletivos de dissídio pelas empresas.

Com base nas NTN-B (fonte Anbima) registradas na posição de 30 de novembro de 2014 (data mais atual disponível na data dos cálculos), bem como na maturidade dos compromissos com o Plano de Aposentadoria da Plascar (“duration” aproximado de 11 anos), a taxa de desconto considerada é de 5,75% a.a. (mais inflação pelo INPC).

Essas premissas são consideradas adequadas pelo atuário assim como pela administração da Patrocinadora.

O valor justo dos ativos do plano representa o valor de mercado que esses ativos podem ser negociados em condições normais.

Para apuração do rendimento esperado dos ativos do plano foi considerada a hipótese de 10,51% (11,03% em 2013) como taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano.

Em 31 de dezembro de 2014, o Plano de Aposentadoria contava com 3.524 participantes ativos (3.987 em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com a opinião do atuário responsável pelo plano, o plano está equilibrado, com o passivo atuarial devidamente lastreado pelo ativo do plano.

A análise de sensibilidade das premissas utilizadas está demonstrada abaixo:

	<u>2014</u>
<b>1. Taxa nominal de desconto</b>	
a. Taxa nominal de desconto - 0,5%	11.606
Premissa adotada na análise	10.01%
Média ponderada da duração da obrigação de benefício definido (anos)	13,77
b. Taxa nominal de desconto + 0.5%	10.273
Premissa adotada na análise	11,01%
Média ponderada da duração da obrigação de benefício definido (anos)	10,63
<b>2. Taxa nominal de crescimento salarial</b>	
a. Taxa nominal de crescimento salarial – 0.5%	10.686
Premissa adotada na análise	7,13%
b. Taxa nominal de crescimento salarial + 0.5%	11.017
Premissa adotada na análise	8,13%
<b>3. Tábua de mortalidade</b>	
a. Tabua de mortalidade – 1	11.019
Premissa adotada na análise	qx – 1
b. Tabua de mortalidade +	10.672
Premissa adotada na análise	qx + 1

Apresentamos a seguir a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço da Companhia:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Composição do ativo atuarial</b>		
Valor presente das obrigações atuariais	10.834	10.574
Valor justo dos ativos do plano	(21.192)	(19.352)
Limite Máximo de Reconhecimento do Ativo	3.430	3.718
<b>Ativo atuarial líquido</b>	(6.928)	(5.060)

**Conciliação do valor presente das obrigações**

Valor das obrigações no início do ano	10.574	14.239
Custo do serviço corrente bruto	218	367
Juros sobre obrigação atuarial	1.125	1.204
Benefícios pagos no ano	(564)	(642)
Obrigações - (ganho) ou perda	(519)	(4.594)

**Valor das obrigações no final do ano**

10.834	10.574
--------	--------

**Conciliação do valor justo dos ativos**

Valor justo dos ativos no início do ano	19.352	22.884
Benefícios pagos no ano	(564)	(642)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	2.404	(2.890)

**Valor justo dos ativos no final do ano**

21.192	19.352
--------	--------

**Cálculo dos (ganhos) e perdas**

Reconhecimento no ano	830	(250)
(Ganho) perda nas obrigações atuariais	(519)	(4.594)
(Ganho) perda nos ativos do plano	(311)	4.844

**Ganho no final do ano**

-	-
---	---

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o ativo líquido de R\$ 6.928 (R\$ 5.060 em 31 de dezembro 2013) na rubrica ativo atuarial a realizar, no ativo não circulante, em função da perspectiva de realização do saldo com contribuições futuras do plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi apurada uma receita de R\$ 1.868 (despesa de R\$ 127 em 2013), a qual foi registrada em contrapartida das rubricas Outras receitas operacionais líquidas – R\$ 340 e Outros resultados abrangentes (PL) – R\$ 1.528.

O ativo apurado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.928 mil, sendo que os principais efeitos da manutenção do nível do ativo com relação ao apurado em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.060 mil) foram os ganhos relacionadas à movimentação da massa de participantes e um ligeiro ganho acima do esperado no Patrimônio de Cobertura das Reservas de Benefícios Definidos, causando um ganho atuarial de R\$ 830 mil (taxas reais, descontada a inflação).

**19 Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita bruta de vendas	858.410	800.309
Impostos incidentes sobre vendas	(185.689)	(173.132)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(14.378)	(16.276)
	<b>658.343</b>	<b>610.901</b>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12 e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%) e Contribuição previdenciária sobre faturamento (alíquota de 1%).

## 20 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo (Nota 7)	(276.104)	(291.710)
Gastos com pessoal (Nota 22)	(191.608)	(190.247)
Frete sobre vendas	(17.385)	(19.655)
Depreciação e amortização	(45.138)	(45.456)
Energia elétrica, água e telefone	(26.860)	(29.002)
Serviços de terceiros	(16.353)	(17.979)
Honorários da Administração (Nota 10)	(10.668)	(7.947)
Plano de pagamento baseado em ações (Nota 16)	(4.945)	(6.416)
Comissões sobre vendas	(456)	(697)
Aluguéis de imóveis	(21.036)	(20.753)
Provisão para créditos duvidosos (Nota 6)	(880)	1.068
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	(555)	139
Outros	(18.049)	(14.366)
	<u>(630.037)</u>	<u>(643.021)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(536.274)	(550.136)
Despesas com vendas	(30.079)	(31.373)
Despesas administrativas e gerais	(63.684)	(61.512)
	<u>(630.037)</u>	<u>(643.021)</u>

## 21 Resultado financeiro

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Despesas financeiras		
Juros	(56.265)	(42.297)
Encargos sobre impostos parcelados *	(10.289)	
Variações cambiais passivas	(1.358)	(2.196)
IOF	(2.701)	(2.178)
Ativo atuarial (Nota 18)	-	(127)
Outros	(434)	(880)
	<u>(71.047)</u>	<u>(47.678)</u>
Receitas financeiras		
Juros	70	131
Variações monetárias ativas	414	198
Variações cambiais ativas	1.685	1.909
Outros	71	161
	<u>2.240</u>	<u>2.399</u>
Resultado financeiro	<u>(68.807)</u>	<u>(45.279)</u>

\*Encargos sobre parcelamentos de PIS/COFINS e ICMS.

O saldo em aberto de impostos vencidos em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 46.210 (R\$ 23.923 de PIS-COFINS e R\$ 22.287 de ICMS), sendo que a maior parte deste saldo esta sendo parcelado.

## 22 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Salários e encargos sociais	147.843	149.711
Plano de participação nos resultados	13.101	8.689
Benefícios previstos em Lei	30.465	31.283
Benefícios adicionais	199	564
	<b>191.608</b>	<b>190.247</b>

### *Benefícios adicionais*

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

### *Plano de participação nos resultados*

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

Além dos benefícios mencionados acima, os benefícios a empregados também incluem plano de previdência privada (como mencionado na Nota 18).

## 23 Informações complementares dos fluxos de caixa

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Pagamentos durante os exercícios		
Juros	49.926	48.227
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	6.998	6.244

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

## **24 Seguros**

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 601.715 (R\$ 601.715 em 31 de dezembro de 2013), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2013) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

## **25 Eventos subsequentes**

Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras, no decorrer do mês de janeiro de 2015, a Companhia concluiu o processo de reestruturação/alongamento da dívida. O valor total envolvido foi de R\$ 204.669, sendo R\$ 92.000 no processo de Sindicalização sob a coordenação do Banco do Brasil e o restante R\$ 112.669 em acordos Bi-Laterais com demais instituições financeiras. Como resultado desse processo, os empréstimos de capital de giro, no montante de R\$ 97.446 em 31 de dezembro de 2014, que estavam registrados no passivo circulante, foram renegociados, sendo em alguns casos com prazos de pagamento alongados em até 5 anos com períodos de carência que variam de 6 a 12 meses.